
LACUNA COGNITIVA DA APROPRIAÇÃO SOCIAL DA INFORMAÇÃO NO BRASIL

Cognitive gap of the social appropriation of information in Brazil

Edison Luís dos Santos (1), Antônio Carlos Nascimento Neto (2)

(1) Instituto de Estudos Avançados IEA/USP, Brasil, edisonlz@alumni.usp.br.

(2) UNESP Marília; PUC-Campinas, Brasil, antoniocarlosnascimento.neto@gmail.com



Resumo

O artigo identifica e discute problemas do país relacionados à expropriação cultural por meio de imposição de arranjos e sistemas simbólicos que remetem à nossa condição colonial. Da “catequese nas tabas” até os dias atuais, prevalece uma operação subterrânea de privação do saber e espoliação da memória que se expressa em novas relações de poder, tendo o domínio do saber, do conhecimento e da informação, como um novo e poderoso instrumento político. A apropriação e/ou privação desses códigos denuncia sua dimensão antagonista: o poder de grandes empresas de tecnologia que exploram dados pessoais; os dispositivos e funcionalidades que sequestram o tempo de atenção dos usuários e o crescimento massivo de dados e notícias falsas (*fake news*). Buscamos desmistificar a falsa autonomia da técnica e reconhecer a trama transversal de relações (culturais, sociais, econômicas e políticas) que envolve a produção, difusão e uso social da informação no Brasil.

Palavras-chave: Informação; Sociedade; Tecnocracia; Apropriação social; Brecha digital.

Abstract

The article identifies and discusses the country's problems related to cultural expropriation through the imposition of symbolic arrangements and systems that hark back to our colonial condition. From "catechesis in the tabas" to the present day, a subterranean operation of deprivation of knowledge and plundering of memory prevails, which is expressed in new power relations, with the domain of knowledge and information as a new and powerful political instrument. The appropriation and/or deprivation of these codes denounces their antagonistic dimension: the power of large technology companies that exploit personal data; the devices and functionalities that hijack users' attention spans and the massive growth of data and fake news. We seek to demystify the false autonomy of technology and recognize the transversal web of relationships (cultural, social, economic and political) that involves the production, dissemination and social use of information in Brazil.

Keywords: Information; Society; Technocracy; Social appropriation; Digital divide.

1 Introdução

A expropriação do saber causa preocupação e representa um grave problema: analfabetismo funcional e analfabetismo informacional são obstáculos à formação de sujeitos autônomos e cidadãos críticos. Há lacunas cognitivas que interdita a efetiva apropriação e circulação social da informação por parte dos brasileiros. Tal mutilação remete-nos à questão central de como superá-las, a fim de que possam superar o veto cognitivo, apropriar-se do conhecimento, exercer cidadania plena e construir novos saberes.

Na medida do possível, tentaremos, aqui, desmistificar a falta autonomia técnica e reconhecer as relações associadas à produção, difusão e uso da informação no Brasil. O artigo discutirá sobre a trava da ignorância, forma de colonização da inteligência e da sensibilidade que embota a emoção e a vontade. Desde o mito da fundação do Brasil, quando a catequese nas tabas serviu para domesticar os afetos desordenados e fazer vistas grossas ao genocídio sumário da carne (sífilis) e extermínio físico das línguas nativas e de seus falantes, somos um povo marcado pela “condição colonial”. Sem acesso à educação e ao saber, nossa leitura de mundo se viu aprisionada a preceitos morais, norteadas unicamente pela visão de mundo autoritária do colonizador, servindo de montaria fácil para as retóricas vicárias e ideologias de ocasião.

Não se passa impunemente por quinhentos e vinte anos de analfabetismo. O Brasil chegou à independência sem projeto educacional capaz de superar as fissuras da deculturação jesuítica que, via catequese nas tabas, prefixara o “caminho da salvação” pela propagação da fé, a negação do corpo e expiação dos pecados. De instrumento (dispositivo) para civilizar os bárbaros, a “escola” passou a ser espaço de “inclusão” das populações residuais da nossa história, sob a tutela do Estado, em um espaço domesticado, reduzido à mera transmissão de conteúdos consolidados, exames e outras exigências inibidoras da aventura de ler e conhecer o mundo.

Esse processo de expropriação sociocultural ainda produz reflexos negativos, os quais evidentemente afetam o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do país. Um número significativo de brasileiros não sabe e/ou não aprendeu a se informar, outros tantos apresentam pouca proficiência em leitura, não compreendem o que leem, têm dificuldade em interpretar textos. E não sabem posicionar-se criticamente frente ao que leem.

Quando o processo educativo se resume no princípio oco “quem não reproduz é reprovado”, perde o sentido e a escola se torna um espaço “desinteressante”! Esse modelo convencional de ensino tem sido a mais pródiga fábrica de medíocres em informação. Dados à estampa, são notórios em nosso país os baixos índices de rendimento⁽¹⁾ e as deficiências de aprendizado, ordinariamente traduzidos em apatia social e “perda de interesse” pelo saber científico.⁽²⁾

Acesso à informação e apropriação da informação são dois conceitos relacionados, mas não idênticos. O acesso à informação se refere à possibilidade de obter dados, documentos ou informações de interesse público ou particular, que estejam sob a guarda do Estado ou de entidades privadas que recebam recursos públicos. A apropriação da informação, por sua vez, se refere ao processo pelo qual o indivíduo incorpora uma informação, como coisa, e a organiza em suas capacidades mentais, atribuindo-lhe interpretações individuais, que finalmente se transformará uma unidade de conhecimento. (MIGLIONI, 2014, p. 32-43).

A apropriação da informação depende sobretudo das relações sociais, econômicas e culturais do sujeito, que influenciam na forma como ele (re)significa a informação (RIBEIRO; ALMEIDA JR, 2022, p. 1-17), bem como está estreitamente relacionada à inclusão digital, que visa formar cidadãos capazes de tomar decisões e de compartilhá-las com outras pessoas, em uma dinâmica de exercício da autoria, mas a lacuna cognitiva é um obstáculo à realização plena do exercício de se apropriar da informação: aprender a se informar e conhecer o que é aprender a se informar. Assim, a diferença conceitual entre acesso à informação e apropriação da informação é que o primeiro se refere à disponibilidade e à transparência das informações, enquanto o segundo se refere à capacidade e à criatividade dos indivíduos de utilizar as informações para produzir e transmitir conhecimento.

Nesse sentido, a apropriação da informação é um processo no qual o sujeito “torna seu” um objeto do mundo, ajustando-o, moldando-o a si, atuando afirmativamente nos processos de negociação com os signos, com a cultura. Nesse processo, o objeto, material ou não, sofre um deslocamento espaço-temporal promovido pelo sujeito, que pode alterar ou confirmar o sentido dado pelo seu ambiente de origem, ou seja, pode ressignificar o mundo que lhe chega, a partir de suas percepções, suas expectativas e seus interesses das e pelas atividades.

SANTOS, Edison Luís dos; NASCIMENTO NETO, Antônio Carlos. Lacuna Cognitiva da Apropriação Social da Informação no Brasil. *Brazilian Journal of Information Science: research trends*, vol. 17, publicação contínua, 2023, e023052. DOI: 10.36311/1981-1640.2023.v17.e023052.

A lacuna cognitiva no processo de apropriação social da informação é um conceito que se refere à diferença entre o estado atual de conhecimento de um indivíduo ou grupo e o estado desejado ou necessário para resolver um problema ou atingir um objetivo. (BATISTA, 2018, p. 210-34) Essa lacuna pode motivar a busca, o uso e a incorporação de informações relevantes para reduzi-la ou eliminá-la. A apropriação social da informação, por sua vez, é o processo pelo qual os indivíduos ou grupos se apropriam das informações disponíveis em seu contexto social, atribuindo-lhes significados e usos de acordo com suas necessidades, interesses e valores. (MARTÍNEZ-SILVEIRA; ODDONE, 2007). É um estímulo ou uma oportunidade, que visa ampliar o conhecimento e a capacidade de ação dos sujeitos envolvidos.

Vale sublinhar que a qualidade da educação não depende apenas da oferta de meios, instrumentos, equipamentos, livros ou suporte à mancheias. Carecemos de algo que estimule o exercício da reflexão, a liberdade de pensar, imaginar e criar. Uma pedagogia cultural, científica e tecnológica, em permanente diálogo com atores e produtores de saber, talvez pudesse ampliar horizontes da cidadania: a enfrentar os preconceitos, preparar para novas formas de sociabilidade, diversidade cultural e qualidade de vida total, incorporando-a igualmente no cotidiano de cada um.

2 A famigerada fábrica de desigualdades sociais

Com a tecnologia, inventamos modos de manipulação novos e muito sutis, pelos quais a manipulação exercida sobre as coisas implica a subjugação dos homens pelas técnicas de manipulação. (MORIN, 1999, p. 109)

Na contemporaneidade, são inegáveis as transformações operadas pelas ciências e tecnologias, mesmo antes de ingressarmos de corpo e alma no processo de algoritmização da vida cotidiana. Nota-se que esta presença crescente afeta as mais diversas esferas do conhecimento e da vida e tem propiciado novas formas de cognição, de interação, de ação social, de ativismo político, de geração e difusão do conhecimento.

A geração digital é a primeira em experimentar uma série de mudanças drásticas no tratamento e o acesso à informação como a sua conexão síncrona e global, o acesso descontínuo à informação, o aprendizado graças ao hipertexto e software multifuncional, e a sintonização à distância sob múltiplos canais e meios de comunicação. Isso criou a necessidade de um aprendizado mais interativo, sequencial mas não linear, possível graças às ajudas para a compreensão e

aprendizagem autônoma na forma de tutoriais, *chats* e fóruns de discussão, acesso aos cabeçalhos, bibliografias e outros. (BERRÍO-ZAPATA, 2015, p. 93)

Este novo tempo, entendido como a “era do globalismo”, extrapola os limites territoriais e ganha dimensões transnacionais e continentais. O mundo que se apresenta é um mundo sulcado, percorrido por divisões contínuas, “estrias cada vez mais móveis e dinâmicas, ligadas a hierarquias de poder”. (NEGRI, 2003, p. 13) Tal fenômeno da sociedade global é uma realidade problemática, “atravessada por movimentos de integração e fragmentação”, na qual “simultaneamente à interdependência e à acomodação, desenvolvem-se tensões e antagonismos”. (IANNI, 2004, p. 7)

Como consequência da globalização do mundo, emergem mais conflitos e tensões, sobretudo quando a revolução tecnológica produz mudança de hábitos culturais. Este novo fenômeno sociocultural funda-se sobre um sistema geral e ubíquo de informações que desafia a compreensão e instaura novos dilemas: “no contexto da sociedade global, desenvolvem-se estruturas do poder propriamente globais [...]. São estruturas globais de poder, às vezes contraditórias em suas diretrizes ou práticas, mas sempre pairando além de soberanias e cidadanias nacionais e regionais. Parecem desterritorializadas, já que se deslocam ao acaso das suas dinâmicas próprias, descoladas de bases nacionais [...] E reterritorializam-se em outros lugares, em cidades globais, transcendendo nações e nacionalidades, fronteiras e geografias”. (IANNI, 2004, p. 18-19)

Neste tipo de sociedade prevalece a tirania do mercado e a lógica do consumo deliberado; o controle dos desejos se volta primordialmente para o consumo virtual e potencial de novos produtos, que satisfaçam plenamente os desejos dos consumidores na aldeia global do consumo. Essa racionalidade dominante, entretanto, não pára de produzir desigualdades econômicas, desagregação social e deterioração ambiental: “A mesma fábrica das diversidades fabrica desigualdades. A dinâmica da sociedade global produz e reproduz diversidades e desigualdades, simultaneamente às convergências e integrações.” (IANNI, 2004, p. 28) Nessa dinâmica, a internet também reproduz relações desiguais de poder. O ciberespaço configura-se como lócus carregado de contradições típicas da nova formação sociocultural, um desdobramento virtual do capitalismo e de suas contradições:

Longe de estar emergindo como um reino de algum modo inocente, o ciberespaço e suas experiências virtuais vêm sendo produzidos pelo capitalismo contemporâneo e estão necessariamente impregnados das formas culturais e

paradigmas que são próprios do capitalismo global. O ciberespaço, por isso mesmo, está longe de inaugurar uma nova era emancipatória. Embora a internet esteja revolucionando o modo com levamos nossas vidas, trata-se de uma revolução que em nada modifica a identidade e a natureza do montante cada vez mais exclusivo e minoritário daqueles que detêm as riquezas e continuam no poder. (SANTAELLA, 2003, p. 75)

Não menos preocupante é o fator ligado ao tempo e à velocidade. O uso crescente de diferentes tecnologias, aliado às inovações constantes dos meios-tecnocientíficos e informacionais, produz e reproduz outro tipo perverso de exclusão, a sociodigital, caracterizada pela marginalização em relação ao *savoir-faire*, inaptidão para a busca significativa de informação: tal lacuna cognitiva inibe a apropriação do saber, impossibilita aceder ao conhecimento, de fato.

Assim, inevitavelmente, tal população estaria sumariamente excluída do uso de tecnologias, conforme já havia advertido no final século passado o secretário-geral da União Internacional das Telecomunicações (UIT): “se a comunidade mundial não intervém, existe o perigo real de que a sociedade mundial da informação só seja mundial por sua dominação; de que o mundo se divida em duas categorias: os “ricos em informação” e os “pobres em informação” [...] um abismo insuperável”. (PEKKA TARJORE, 1996). Com efeito, passadas mais de duas décadas, instalou-se uma epidemia (sem trocadilhos) de vícios entre os usuários, sem mencionar a gravidade da avalanche de “Fake News”, responsável pela perda da confiança em meio ao dilúvio de (des)informação:

Pesquisa recente sobre vícios ligados a smartphones mostra, confirmando a predição de Skinner em sua experiência com os pombos, que o usuário médio de smartphone nos Estados Unidos checa seu dispositivo 63 vezes por dia e essa quantidade vem aumentando ano a ano. Oitenta e cinco por cento (85%) das pessoas checam seus telefones enquanto estão conversando com amigos e familiares. Sessenta e nove por cento (69%) dos usuários checam seus celulares em até cinco minutos depois que acordam (antes mesmo de espreguiçar e escovar os dentes!), e 87% fazem-no logo antes de dormir. Cinquenta e oito por cento (58%) dos usuários tentaram mudar seus hábitos, mas apenas 41% dessas tentativas foram bem-sucedidas. (ZANATTA; ABRAMOVAY, 2019, p. 426)

As conclusões recentemente apresentadas pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com base no Relatório “Leitores do Século 21 - Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital” demonstram que a familiaridade dos adolescentes atuais com a tecnologia, que faz deles “nativos digitais”, não os torna

automaticamente habilitados para compreender, distinguir e usar de modo eficiente o conhecimento disponível na internet.⁽³⁾ Pelo contrário, os dados sugerem que eles são, em grande parte, incapazes de compreender nuances ou ambiguidades em textos online, localizar materiais confiáveis em buscas de internet ou em conteúdo de e-mails e redes sociais, avaliar a credibilidade de fontes de informação ou mesmo distinguir fatos de opiniões:

Alfabetização no século 21 significa parar e olhar para os lados antes de seguir adiante online. Significa checar os fatos antes de basear suas opiniões nele. Significa fazer perguntas sobre as fontes de informação: quem escreveu isto? Quem fez este vídeo? É de uma fonte confiável? Ele faz sentido? Quais são os meus vieses? Tudo isso cabe ao currículo escolar e ao treinamento de professores. E tudo isso tem implicações que vão muito além de detectar notícias falsas e desinformação: assegurar o ato de tomada de decisões bem informadas e assegurar a base de democracias funcionais. (OCDE, 2021)

3 Tecnocientismo paralisante & excesso de consumo

A difusão dos avanços tecnológicos, por seu turno, como tem sido realizado, é um discurso unilateral que visa ao treinamento de maior número de pessoas no uso de novos produtos e, dessa forma, atinge uma seleta camada da população que pode aspirar a usufruir as novas facilidades. (LINS DE BARROS, 2002, p. 76-79) Por outro lado, o conhecimento tecnocientífico — ou cientismo, segundo Postman — gerado exclusivamente por especialistas, ainda permanece apartado da sociedade, pois deriva de um ambiente excludente e impregnado por valores morais e interesses econômicos que promovem a permanência de relações sociais assimétricas; e visões de mundo que as reproduzem e naturalizam.

Neste cenário tradicional em que a ciência sobrevive como única fonte de *progresso* e *eficácia*, não há espaços para inovações. A ausência de visão estratégica cede espaço para a coação de uma visão linear e paralisante que asfixia a ação voluntária dos atores (CALLON, 2004, p. 65-69). É inegável que há um esgotamento desse modelo tradicional de ciência. Sua lógica linear e determinista costuma desdenhar os atores sociais, em detrimento do emprego de técnicas de quantificação, que alguns especialistas do cientismo defendem com pretensão de objetivismo:

Cientismo é a desesperada esperança, desejo e, em última análise, a crença ilusória de que um conjunto padronizado de procedimentos chamado ‘ciência’ pode proporcionar-nos uma fonte incontestável de autoridade moral, uma base

sobre-humana para responder a perguntas como: ‘O que é a vida, e quando e por quê?’ ‘Por que há a morte e o sofrimento?’ ‘O que é certo e errado?’ ‘O que são fins bons e maus?’ ‘Como devemos pensar, sentir e nos comportar?’ [...] Pedir à ciência, ou esperar da ciência, ou aceitar passivamente da ciência as respostas para essas questões é cientismo. (POSTMAN, 1994, p. 168)

De um ponto de vista político, o papel dos cientistas e pesquisadores — por sua produção e por sua escrita pública sobre ciência e tecnologia — o aproxima da tarefa do intelectual, a qual consiste no exercício do “poder ideológico”, isto é, aquele poder:

[...] que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra [...]. (BOBBIO, 1997, p. 11)

Daí se faz necessário o diálogo, inovação social estratégica negociada, pois ciência, tecnologia e sociedade interpenetram-se, e mantêm relações complexas e heterogêneas. Isso possibilitaria questionar os determinismos que, muitas vezes, subjazem nos estudos dos especialistas. A falta de acesso ao conhecimento e aos benefícios que ele traz, aliada ao não-reconhecimento do direito de todos de serem produtores de conhecimento, tende a ser um dos principais fatores de exclusão.

Decorre disso uma responsabilidade compartilhada entre os diferentes atores envolvidos no processo de desenvolvimento de C&T — o Estado, as empresas, as universidades, a sociedade civil —, no sentido de avaliar os seus impactos e riscos e escolher as melhores opções. Decorre também a necessidade de que os chamados “cidadãos comuns”, e não apenas os técnicos, participem dos processos de tomada de decisão sobre C&T, uma vez que as consequências lhes dizem respeito diretamente.

Tal percepção encontra ressonância, por exemplo, em autores como Bruno Latour que, valendo-se de metáfora, afirma: “a noção de uma ciência isolada de resto da sociedade se tornará tão absurda quanto a ideia de um sistema arterial desconectado do sistema venoso”. (LATOUR, 2001, p. 97) Um conceito não se torna científico por estar distanciado do restante daquilo que ele envolve, mas porque se liga cada vez mais estreitamente a um repertório bem maior de recursos, tecendo e atravessando a trama social. De forma análoga, seria impossível conceber qualquer

sociedade sem atenção ao trabalho de *mediação* posto em cena pelos objetos técnicos, ideia defendida por Michel Callon, ao sustentar que:

Nossas sociedades devem sua robustez e sua durabilidade tanto às coisas e aos objetos, tanto às técnicas e às máquinas, quanto às normas e aos valores. O que nos sustenta são nossos automóveis, nossas redes de telefone. E se nos sustentam é porque nós estamos apegados a eles. E se estamos apegados a eles é porque, de uma maneira ou de outra, fomos implicados em sua fabricação. (CALLON, 2004, p. 72)

É nesse sentido que pensar a ciência e a tecnologia não requer o total abandono do mundo, para ingressar em um universo especializado, numa espécie de “*salto mortale* para fora do discurso e da sociedade”. (LATOURET, 2001, p. 115) Tratar-se-ia, pois, de perscrutar o enredamento que articula ciência – tecnologia – sociedade, desde o modo como esta articulação permeia a psicosfera da vida cotidiana, passando pelas ressonâncias em termos das novas sociabilidades e competências aos quais favorece, invariavelmente, e ainda problematizando a dissolução de fronteiras que este enredamento produz em nós mesmos. (PEDRO, 2008, p. 1-2)

Ademais, uma “sociedade de saberes” não se faz sem questionamentos sobre a lógica estrutural que perpassa os modos de implantação (manipulação) dos dispositivos do conhecimento. Segundo Mattelart, isto implica numa interrogação plural sobre as novas missões dos centros de pesquisas e de ensino superior:

Barrar a expansão dos monopólios cognitivos e as lógicas de rentabilidade financeira, a curto prazo, que limita a capacidade coletiva para desenvolver as inovações de interesse geral, é também questionar as relações de saber. Em um momento em que a sociedade tende a se converter em “empresa” e em que a relação ciência-sociedade tende a variar de acordo com o prisma empresarial, surge a necessidade de novas alianças em torno da pesquisa com todos os produtores de conhecimentos abertos a fim de produzir conhecimentos sobre nosso mundo, bens públicos e inovações em resposta às demandas não comerciais da sociedade. (MATTELART, 2005, p. 21)

Para responder às novas demandas da sociedade, a inovação estratégica da pesquisa científica considerada como artesanato deveria fundamentar-se no *savoir-faire*, nos saberes práticos e experimentais, capazes de estimular o gosto pela ação voluntária e o engajamento coletivo no processo de produção e uso do conhecimento. Conforme ressalta Michel Callon, a inovação estratégica “não destrói a tradição, pelo contrário, ela se nutre dela e se enriquece com ela”: existem margens de manobra na competição econômica, na produção dos conhecimentos

científicos e na produção de inovações que podem preservar e até enriquecer a identidade das tradições. (CALLON, 2004, p. 64), especialmente as culturas afroameríndias que atualmente carecem, mais do que nunca, de respeito, proteção e a promoção da diversidade de suas expressões culturais.⁽⁴⁾

No entanto, nos últimos anos houve cortes de recursos para a pesquisa científica, o que torna tal perspectiva ainda mais utópica em médio prazo. Os números mais recentes representam forte queda na pasta do ministério quando comparados a 2014, período em que esses recursos discricionários do MCTI correspondiam a R\$ 8,7 bilhões — nos anos seguintes o país reduziu cada vez mais o investimento em ciência, tecnologia e inovação.⁽⁵⁾

4 Tecnopólio e utopia neoiluminista

O tecnopólio consiste na deificação da tecnologia que, invariavelmente, busca tornar invisíveis, e irrelevantes, a maior parte das ideias que temos a respeito de religião, arte, família, política, história, verdade, privacidade, Inteligência, redefinindo-as segundo as suas novas exigências. É uma tecnocracia totalitária, em que há a submissão de todas as formas de vida cultural à soberania da técnica e da tecnologia. (POSTMAN, 1994, p. 61)

Por detrás dos aparatos tecnológicos que se impõem à vida coletiva, há processos de ocultamento, diferenciações sociais, hierarquias, relações e seleções arbitrárias. (ALMEIDA, 2009, p. 11) Sem nos darmos conta, as novas tecnologias infocomunicacionais alteram as estruturas de nossos interesses; florestas de símbolos e processos relacionais reconfiguram nossa visão de mundo. Neste movimento de rendição da cultura à supremacia da tecnologia, são drenados simultaneamente nossos valores e nossos sistemas simbólicos tradicionais:

A história do tecnopólio entra nesse vazio, com sua ênfase no progresso sem limites, direitos sem responsabilidades e tecnologia sem custo. A história do tecnopólio não tem centro moral. Ela põe em seu lugar a eficiência, o interesse e o avanço econômico. Promete o paraíso na Terra por meio das conveniências do progresso tecnológico. Põe de lado todas as narrativas e símbolos tradicionais, que sugerem estabilidade e ordem, e em vez disso fala de uma vida de habilidades, destreza técnica e êxtase do consumo. (POSTMAN, 1994, p. 185)

O positivismo característico dessa visão salvífica do “paraíso na Terra” costuma ocultar interesses para subordinar os espíritos desregrados, movimento este que propaga certa ideologia da “universalização do ciberespaço”, de “tornar acessível esse conhecimento superespecializado” em uma “sociedade democrática do conhecimento”. A mágica consistiria em criar um “canal que possibilita ao público leigo a integração do conhecimento científico à sua cultura”. (MORA, 2003, p. 7)

Mas como realizar tal projeto, sem que haja aprofundamento sobre o papel da ação e da mediação cultural? Como superar a lacuna cognitiva da maioria da população? Não basta dispor de recursos materiais que permitam participar do modelo. Há demanda por aptidão cognitiva às novas tecnologias, o que é mais preocupante. A falta de aptidão cognitiva é obstáculo para que as pessoas possam apropriar-se de novos conhecimentos. Desse modo, se impõe deliberadamente outro processo civilizatório, chamado de *dromocracia cibercultural*:

Para além das exigências convencionais de qualificação cognitiva e especializada para a vivência no contexto de qualquer espaço urbano, faz sobrepender, nos ombros de todos, via pressão autóctone de fatos e discursos de época, a exigência de acesso individualizado à condição de domínio privado pleno das senhas de acesso (inclusive o acompanhamento da roda-viva da mais-potência); e que, ao mesmo tempo, subtrai, a olhos vistos, a possibilidade de usufruto desse ditame ao não condicionar, socialmente, pelo imaginário político vigente e, sobretudo, pelos seus instrumentos executivos e normativos (as instituições herdadas da modernidade política), a distribuição equitativa dos acessos previstos – esse processo civilizatório não vigora senão como fascismo *cibertecnológico hipostasiado e obliterado* nas relações sociais. (TRIVINHO, 2006, p. 97, grifo do autor)

A brecha digital é um conceito forçado pela “doxa” técnica globalizada do pós-Fordismo que em termos narrativos atua como antagonista do crescimento econômico, do bem estar social e da democracia. Não obstante, se aplicar a visão desconstrutiva é possível perceber uma colisão plena de confusão, extravio e alienação entre as sociedades da ‘periferia’ do mundo globalizado e as metrópoles, entre as sociedades informacionalmente densas (quentes) e leves (frias); entre uma ordem “grafocêntrica” e outra verbal (SERRES, 2003), entre o industrial e pré-industrial, entre o Apolíneo e o Dionisíaco. (BERRÍO-ZAPATA, 2015, p. 89)

É neste sentido que os desafios aumentam para a sociedade civil. Não basta o simples acesso à informação, ao computador e aos livros. O propósito maiúsculo deveria se pautar em

desenvolver o potencial criativo e intelectual dos indivíduos: educar, entreter, dar sentido às ações de homens e mulheres no cotidiano, tornando públicas as proposições políticas e decisões que, tomadas na esfera do Estado, costumam ter reflexos diretos sobre a qualidade de vida das populações. (FERREIRA, 2003, p. 37)

No Brasil é comum a adoção, quase sempre sem discussão, das práticas de política cultural vicariante, que além de serem inertes e estáticas, existem principalmente para “suprir a insuficiência funcional”. (COELHO, 2004, p. 35) Tais práticas operam como próteses aplicadas em doses de mandato, regidas de modo demagógico, como uma espécie de reforço ao condolente e carcomido sistema educacional; longe de “educar com cultura, educar para a cultura”, funcionam como paliativo para vidas desperdiçadas e perpetua, grosso modo, a transmissão de conteúdos pouco significativos, a ocupar o “tempo livre” dos desocupados.

Equipamentos a mancheias não bastam! Arcas de livros distribuídas por todo o território não resolvem o problema do analfabetismo funcional e digital. São políticas vicárias e resultam inócuas que desdenham a importância das bibliotecas, ora desconhecendo ora anulando intencionalmente, tratando-as como apêndice de uma educação forjada *na e pela* ignorância. Biblioteca é para ser vivida enquanto espaço de aprendizagem. Se não for vivida, embora dadivosa na oferta de saber coletivo, perde a sua função.

Em se tratando de políticas públicas de interesse social, esta parece ser a visão pouco estratégica, mas predominante em programas populistas de ocasião, cujo arcabouço teórico-prático revela-se incapaz de lidar com a lacuna cognitiva que separa os incluído(a)s dos excluído(a)s. Assim, conforme exclusivamente previsto no conceito de “ciberalfabetização em massa”, tais programas que visam à “inclusão” são limitados — seja por via da facilitação do crédito pessoal para a aquisição de “equipamentos populares”, seja via ampliação do acesso a um punhado de livros ordenados num caixote: uma utopia neoiluminista:

Voltados para o condicionamento social extensivo da “aquisição” da dromoaptidão interativa – encontram-se fadados ao insucesso relativo recorrente em médio prazo. Em batalha sob condições sistêmicas de desequilíbrio dromológico a priori, as políticas e projetos implementados hoje, plenamente válidos e necessários de partida, caem comprometidos na sequência, na medida em que os seus resultados ficam prejudicados a cada par de rotações na escala da

mais-potência, para renovação dos parques tecnológicos nacionais e dinamização da economia global. (TRIVINHO, 2006, p. 97)

Mark Warschauer mostra que o mero fornecimento de computadores não é suficiente para reduzir o gap da exclusão digital. É preciso que as pessoas sejam capazes não somente de acessar as TICs, mas de, sabendo utilizá-las, criar novos conhecimentos a partir de sua experiência prévia. O autor focaliza os desafios do desenvolvimento social e, por meio de exemplos tomados em países ricos e pobres, ilustra possíveis maneiras de abordá-los mediante a integração eficaz das TICs em comunidades, instituições e sociedades: “O que está em jogo não é o acesso à TIC no sentido restrito de haver um computador no local, mas sim o acesso no sentido mais amplo da capacidade de utilizar a TIC para finalidades pessoal ou socialmente significativas”. (WARSCHAUER, 2006, p. 57)

Caberia, por fim, avaliar em que medida tais programas contribuem para atenuar o impacto da “brecha sociodigital”, ou seja, de que modo são ordenados para a efetiva participação social e o aprendizado ao longo da vida? Tais modelos de intervenção linear desenvolvem, de fato, a capacidade pessoal dos usuários de “fazer uso” dos equipamentos e livros, envolvendo-os em práticas sociais significativas? Entendemos que importa mais desmistificar a falsa autonomia da técnica e reconhecer, sobretudo, a trama de relações (culturais, sociais, econômicas e políticas) que envolve a produção, difusão e uso social do conhecimento.

5 Conclusões

Quando se proclamou que a Biblioteca abrangia todos os livros, a primeira impressão foi de uma felicidade extravagante. Todos os homens se sentiram senhores de um tesouro intacto e secreto [...] À desmedida esperança, sucedeu, como é natural, uma depressão excessiva.
(BORGES, 2007, p.73-75)

Cidadãos que aprendem a fazer uso consciente da informação, e com autonomia, estão definitivamente mais propensos a tomar decisões mais inteligentes e socialmente responsáveis que aqueles privados de informação; a estes o veto cognitivo impede-os de integrar-se à cultura, assimilar, processar e produzir novos saberes na algaravia (des)informacional da aldeia global.

De modo geral, o maior acesso a tecnologia entre os jovens nos últimos anos não se traduziu em mais educação midiática: os índices de alfabetização digital dos jovens evoluíram pouco nas avaliações do Pisa realizadas entre 2000 e 2018, apesar das enormes mudanças sociais e digitais vividas pela comunidade global ao longo desse intervalo de tempo. Não basta o contato constante com a tecnologia. Sem os preceitos éticos da “aprendizagem tradicional” e o engajamento efetivo de professores bem remunerados não há como oferecer aos estudantes o que realmente faz a diferença: a capacidade cognitiva de entender diferentes perspectivas em um texto e serem capazes de identificar nuances e opiniões.

A lacuna cognitiva da apropriação social da informação no Brasil é um obstáculo considerável para que as pessoas possam apropriar-se de novos conhecimentos. Dizer que no Brasil há um déficit cognitivo no processo de apropriação social da informação significa que existe uma lacuna entre o acesso à informação e a capacidade de transformá-la em conhecimento útil para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país. Tal lacuna pode ser causada por diversos fatores, tais como: baixa qualidade da educação básica, que não forma cidadãos críticos, criativos e capazes de lidar com a diversidade e a complexidade das informações disponíveis na sociedade da informação (MIGLIONI, *Op. cit.*); ausência de políticas públicas efetivas de inclusão digital, que garantam o acesso equitativo e democrático às tecnologias de informação e comunicação, bem como o desenvolvimento de saberes informacionais e digitais dos indivíduos; a fábrica de desigualdade social e regional, que gera exclusão e marginalização de grupos sociais vulneráveis, que não têm acesso aos recursos informacionais necessários para a sua emancipação

e participação social, incluindo a influência de interesses econômicos e políticos, que podem manipular, censurar ou distorcer as informações, impedindo o exercício do direito à informação e à liberdade de expressão. (SILVA & SILVA, 2017, p. 87-97)

Evidentemente, a combinação desses fatores pode comprometer o processo de apropriação social da informação, que envolve não apenas a recepção, mas também a interpretação, a produção e a disseminação de informações, de forma a gerar conhecimento coletivo e ação social transformadora. Portanto, é necessário superar o déficit cognitivo no processo de apropriação social da informação, por meio de estratégias que promovam a educação, a inclusão, a diversidade, a democracia e a cidadania informacional no Brasil.

Descobrimos sem surpresas que a “felicidade extravagante” não passa de uma utopia delirante. Que a esperança mitigada e a “depressão excessiva” são os novos obstáculos à incansável busca do homem pelo tesouro do saber. A perplexidade causada pela epígrafe de Borges parece plenamente compatível com os paradoxos da sociedade moderna, paralisada pelo excesso de informação, sem sentido. Se considerarmos que a biblioteca é metáfora de uma entidade globalizada como aparenta ser, “no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial” (SANTOS, 2002, p. 53), há outros processos de ocultamento que se traduzem pelo esfumaçamento dos parâmetros de tempo e espaço: a negação aos direitos de existência, de permanência e preservação da memória, invasão e grilagem de territórios caiçaras e quilombolas, ataque ideológico às particularidades socioculturais e simbólicas dos povos originários, além do inadmissível assassinato de lideranças populares.

Para arrematar, o que julgávamos ser um sonho de “felicidade”, um “éden democrático”, não passaria de uma deselegante promessa neoiluminista, a despeito da crescente fábrica de desigualdade social e o esforço alucinado e mais recente, no âmbito da esfera global, no sentido de destruir o projeto de emancipação cidadã, atacar o estado democrático e instaurar a necropolítica, sistemática e deliberadamente: um retrocesso infeliz à nossa permanente condição colonial.

Notas

- (1) Em 2010, dados do IBGE revelavam resultados preocupantes relativos ao acesso à cultura: apenas 13% dos brasileiros frequentavam o cinema ao menos uma vez por ano; 92% dos brasileiros nunca haviam visitado um museu; 93,4% jamais frequentaram alguma exposição de arte; mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro ou museu; 73% dos livros vendidos no Brasil estão concentrados nas mãos de 16% da população e apenas 20% dos brasileiros têm acesso a alguma dimensão da cultura. De lá pra cá nada mudou. A propósito, piorou bastante com o abrupto corte de recursos à Pesquisa e Educação Superior. Encontra-se em marcha um violento processo de desmantelamento da Cultura, Ciência e Educação no país, com as medidas arbitrárias tomadas pelo chefe da nação, desde a sua posse até os dias atuais.
- (2) Dos 4.279 projetos de pesquisa inscritos na chamada de 2020 para o Brasil, 3.080 foram aprovados com mérito por pareceristas. Destes, somente 396 foram selecionados para receber bolsas. Para o exterior foram aprovadas 73 propostas com bolsas, entre as pouco mais de 2 mil inscritas — não foram divulgadas quantas tiveram boas avaliações de pareceristas. Ao todo, segundo o CNPq, foram investidos R\$ 35 milhões no edital, que concedeu 469 bolsas. Enquanto em anos anteriores havia a tradição de diferentes cronogramas para distribuição de bolsas, em 2020 houve somente um. Na chamada de 2019, por exemplo, foram dois cronogramas: o primeiro com 324 bolsas de doutorado e pós-doutorado, totalizando R\$ 24,8 milhões, e o segundo com 470 bolsas, com mais R\$ 35 milhões. BBC Brasil, 30-05-2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57289688>.
- (3) OCDE, Relatório, 2021. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/education/21st-century-readers_a83d84cb-en;jsessionid=73wTanft-x7_V3Ih2msID2hq.ip-10-240-5-96.
- (4) *Saberes* (modos de fazer, cotidiano e uso sustentável de recursos naturais); *celebrações* (manifestações culturais, rituais, festas, danças, vivência coletiva do trabalho, entretenimento e outras práticas da vida social); *formas de expressão* (manifestações literárias e artísticas, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); *lugares* (espaços de práticas culturais coletivas, roçado, mercados, feiras, praças) e *conflitos* (legislação ambiental, turismo, especulação imobiliária, favelização, garimpo ilegal e desmatamento de reservas indígenas).
- (5) O orçamento do CNPq para este ano de 2021 é de R\$ 1,2 bilhão — 55% dependentes de créditos suplementares. Para bolsas de pesquisas serão destinados R\$ 944 milhões, valor 12% menor que o do ano passado. Conforme levantamento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o recurso total destinado ao órgão em 2021 é cerca de 8% menor que o do ano passado, que já era inferior aos períodos anteriores.

Referências

- Almeida, M. A. A produção social do conhecimento na sociedade da informação. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 19, n. 1, pp. 11-18, 2009.
- Batista, Carmen Lucia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. *Em Questão*, vol. 24, n. 2, 2018, p. 210-234.

- Berrío-Zapata, C. et al. O discurso iluminista da exclusão digital. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 85-100, jan./abr. 2015.
- Bobbio, N. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- Borges, J. L. *A biblioteca de Babel. Ficções*. Trad. Davi Arrigucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- Callon, M. Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado: o papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. *Tramas da rede*. Porto Alegre: Sulina, 2004, pp. 64-79.
- Coelho, J. T. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 2004.
- Ferreira, R. da S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, pp. 36-41, jan./abr. 2003.
- Ianni, O. *A era do globalismo*. 8ª ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2004.
- Latour, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos*. São Paulo: Edusc, 2001.
- Lins de Barros, H. Apropriação social da ciência na idade da tecnologia. *INCI*, fev. 2002, v. 27, n. 2, pp. 76-79.
- Martínez-Silveira, M.; Oddone, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. *Ciência da Informação*, v. 36, n. 2, p. 118-127, 2007.
- Mattelart, A. Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação. *Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura*. 5, Salvador, 2005, pp. 1-22. Disponível em <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/>. Acesso em 10-05-2023.
- Miglioli, Sarah. *Apropriação da informação por surdos no ambiente web à luz da Ciência da Informação*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Rio de Janeiro: Ibict/UFRJ, 2014.
- Mora, A. M. S. *A divulgação científica como literatura*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
- Morin, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- Negri, A. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OCDE. *Leitores do Século 21: Desenvolvendo Habilidades de Alfabetização em um Mundo Digital*. Relatório, 2021. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/fr/education/21st-century-readers_a83d84cb-en. Acesso em 01-06-2023.

- Pedro, R. Ciência, tecnologia e sociedade: pensando as redes, com as redes. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, mar 2008, pp. 1-5. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em 05-05-2023.
- Postman, N. *Tecnopólio: a rendição da cultura à tecnologia*. São Paulo: Nobel, 1994.
- Ribeiro, M. A.; Almeida Jr, O. F. Da mediação a apropriação da informação: um olhar para o usuário da informação. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 18, n. 2 (2022), p. 1-17.
- Santaella, L. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- Santos, B. de S. Os processos da globalização. In: *A globalização e as ciências humanas*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 25-102.
- Serres, M. H. *Hominescências: o começo de uma outra humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- Silva, Thayse de Oliveira; Silva, Lebiã Tamar Gomes. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. *Rev. psicopedag.*, São Paulo, v. 34, n. 103, 2017, p. 87-97.
- Trivinho, E. A condição transpolítica da cibercultura. *Famecos*, Porto Alegre, n. 31 (2006): p. 91-101.
- Warschauer, M. *Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate*. São Paulo: Ed. Senac-SP, 2006.
- Zanatta, R. F.; Abramovay, R. Dados, vícios e concorrência: repensando o jogo das economias digitais. *Estudos Avançados* (96), 2019, p. 421-446.

Copyright: © 2023 SANTOS, Edison Luís dos; NASCIMENTO NETO, Antônio Carlos. This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons CC Attribution-ShareAlike (CC BY-SA), which permits use, distribution, and reproduction in any medium, under the identical terms, and provided the original author and source are credited.

Received: 05/10/2023

Accepted: 23/11/2023